

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 1.003 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1999



Antonio Carlos quer aumentar mínimo em 2000

Salário mínimo mais alto e menos desigualdades sociais no país. É o que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deseja para o ano que vem.

PÁGINA 5



Vários senadores se manifestaram sobre o projeto que simplifica a compensação das perdas da Lei Kandir

PLENÁRIO VOTA PROJETO QUE GARANTE TERRA AOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS

PÁGINA 4

TÍTULO PODERÁ VALER COMO IDENTIDADE E TER FOTO DIGITALIZADA DO ELEITOR

PÁGINA 4



Na reunião de ontem da CAE, alguns senadores criticaram a cobrança da nova taxa das empresas de comunicações

CAE

PIMENTA FALA DE TAXA PARA A ÁREA DE COMUNICAÇÕES

O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o presidente da Anatel, Renato Guerreiro, explicam, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a taxa que irá para o Fundo de Universalização das Telecomunicações.

PÁGINA 5

Senado facilita compensação de perdas dos estados

Projeto aprovado pelo plenário reduz exigências para operações de transferências de recursos previstas na Lei Kandir

O Senado aprovou ontem, após longo debate, projeto do senador José Roberto Arruda dispensando das exigências da Resolução 78/98 as operações de transferências de recursos da União previstas na Lei Kandir. A fim de antecipar essas transferências, poderão ser realizadas operações no limite de R\$ 800 milhões, desde que usadas exclusivamente para liquidação de obrigações dos

estados e Distrito Federal para com a União. O projeto objetiva contornar parcialmente as perdas sofridas pelos estados desde que entrou em vigor a Lei Kandir.

Também foi aprovada proposta do senador Casildo Maldaner que simplifica os trâmites exigidos de governos e prefeituras nos pedidos de autorização do Senado para endividamento.

PÁGINA 3

PLENÁRIO ACOLHE CONVENÇÕES CONTRA O TRABALHO INFANTIL

Os senadores aprovaram ontem os textos de duas convenções e duas recomendações internacionais destinadas a combater o trabalho infantil. Relator na Comissão de Relações Exteriores dos textos sobre a proibição das piores formas de trabalho infantil e a ação imediata para eliminá-las, Carlos Wilson manifestou sua alegria ao votar a favor da matéria.

PÁGINA 3



Carlos Wilson expressou alegria por votar contra o trabalho infantil

Comissão de Orçamento vota hoje 16 créditos suplementares

Somente dois pedidos de suplementação, para rolagem da dívida federal e pagamento de encargos financeiros, somam perto de R\$ 30 bilhões

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10 horas, para examinar e votar 16 projetos de créditos suplementares, além de relatórios, uma emenda de plenário a projeto de decreto legislativo sobre contas do governo de 1993 e um requerimento para a realização de auditoria no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

À tarde, a partir das 14 horas, a comissão votará 10

relatórios setoriais para o Orçamento do ano 2000, relativos às seguintes áreas temáticas: Poderes do Estado e Representação; Justiça e Defesa; Fazenda e Desenvolvimento; Agricultura e Política Fundiária; Infra-Estrutura; Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; Saúde; Previdência e Assistência Social; Integração Regional, Meio Ambiente, Desporto e Turismo; e Planejamento e Desenvolvimento Urbano.

Os relatórios setoriais, que contêm a previsão dos gastos e receitas do governo para as respectivas áreas no ano 2000, vão compor o relatório final do Orçamento que será votado posterior-



A comissão também examinará dez relatórios setoriais para o Orçamento de 2000

mente pela comissão e pelo plenário do Congresso. A comissão é presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) e tem como relator-geral para o Orçamento de 2000 o deputado Carlos Melles (PFL-MG).

Dentre os projetos de créditos suplementares que serão examinados pela comissão, o de maior valor, R\$ 17,2 bilhões, será destinado ao refinanciamento da dívida pública mobiliária. Em seguida, vem o projeto que abre ao orçamento fiscal em execução este ano crédito suplementar no valor de R\$ 12,4 bilhões, para encargos financeiros da União. Há ainda projeto que dispõe

sobre crédito suplementar de R\$ 1,3 bilhão para diversas empresas do grupo Petrobras.

Os demais projetos de créditos suplementares dispõem recursos para diversos órgãos do governo e ministérios. O mais alto deles é para a Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S/A (Eletrosul) e Furnas Centrais Elétricas S/A, no total de R\$ 466,8 milhões. O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior tem crédito suplementar no valor de R\$ 353,1 milhões, e o Ministério da Defesa tem de R\$ 336,1 milhões.

CAS aprecia projeto que institui linha de pobreza

Projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que institui a linha oficial de pobreza e obriga o governo federal a definir metas para a erradicação da miséria, com a finalidade de diminuir as desigualdades socioeconômicas em todo o país, será votado na tarde de hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Se o projeto for aprovado segue direto para votação na Câmara dos Deputados.

Além dessa matéria, o presidente



Suplicy propõe a fixação de metas para erradicar a miséria

da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), informou que mais nove propostas legislativas constam da pauta da comissão. Entre elas, a que permite a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) na compra da casa própria em qualquer sistema de financiamento habitacional. O projeto é de autoria do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO).

A comissão, em reunião marcada para logo após as votações do plenário, aprecia, também, projeto do sena-

dor Geraldo Cândido (PT-RJ) que trata da apuração de falta grave para efeito de dispensa de empregado sindicalizado, e projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que isenta de descontos para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação.

Também fazem parte da pauta outros três projetos que tratam da área previdenciária: o que autoriza as instituições educativas sem fins lucrativos a deduzirem da contribuição à Previdência Social o valor das bolsas concedidas a pessoas carentes; o que estende o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; e proposição que trata de benefício à pessoa idosa ou portadora de deficiência.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 14 DE DEZEMBRO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

11h10 — Recebe o primeiro-ministro da Coreia, Kim Jong Pil
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
19h — Preside sessão do Congresso Nacional

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 56/99, que dispõe sobre a transferência de atribuições da IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Superintendência de Seguros Privados (Susep); *PLS nº 464/99-Complementar, dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 91/97, que dispõe sobre a fixação dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios; *Parecer nº 1.094/99, sobre a Mensagem nº 223/99, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar; *Mensagem nº 233/99, que submete à deliberação do Senado a escolha do nome de José Israel Vargas para exercer o cargo de chefe da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco); Terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 6/99, que assegura aos remanescentes do quilombos o direito de propriedade sobre as terras que ocupam e garante a preservação de suas comunidades; *PLC nº 50/99 que altera e acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, que dispõe sobre as comissões de conciliação prévia e permitindo a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho; *PLS nº 154/99, que dispõe sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação; *PLS nº 208/99, que institui a Comissão Paritária de Conciliação, com a atribuição de harmonizar os interesses envolvidos nos dissídios individuais do trabalho; *PDL nº 272/99, que aprova o texto do acordo de sede celebrado entre o governo do Brasil e a Associação dos Países Produtores de Estanho; *PDL nº 274/99, que aprova os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego; *PR nº 131/99, que autoriza o estado de Santa Catarina a contratar operação de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado com a União, com a intervenção do Banco do Estado de Santa Catarina S.A., sua coligada e controladas, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, no valor de R\$ 2,1 bilhões; *PR nº 132/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor de GBP 8,2 milhões, de principal, entre o Brasil e o HSBC Investment Bank plc, destinada ao financiamento de 85% dos equipamentos de laboratório de pesquisa e material multidisciplinar de laboratório, a serem fornecidos pela Philip Harris Internacional, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários; e *PR nº 129/99, altera o inciso VI da Resolução do Senado Federal nº 58/99, que autorizou o Brasil a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até US\$ 44 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Apreciação dos relatórios setoriais do PL nº 020/99-CN (Orçamento/2000); *Relatórios dos projetos de lei nºs: 042, 045, 047, 048, 049, 050, 055, 057, 058, 064, 066, 074, 076, 080, 083 e 084/99-CN; *Relatório referente à BR-393/116/RJ-Contorno Rodoviário de Volta Redonda; *Emenda de plenário apresentada ao PDL nº 372/97 (contas do governo federal referentes a 1993); *Ampliação do Terminal de Contêineres Margem Esquerda do Porto de Santos, da Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp); e *Requerimento nº 011/99, do deputado Virgílio Guimarães. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *Mensagem nº 239/99, que submete à apreciação do Senado o nome de Eli Fernández y Fernández para ser reconduzido ao cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo; e *PLS nº 115/99, que autoriza o uso de gás natural ou do gás liquefeito (GLP) como combustível para os veículos que especifica. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

Após a Ordem do Dia — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 66/99, que institui a linha oficial de pobreza e estabelece que o governo federal deverá definir metas ao longo do tempo de progressiva erradicação da pobreza e diminuição de desigualdades socioeconômicas; *PLS nº 92/99, que altera a Lei nº 9.068/98, que dispõe sobre o trabalho voluntário; *PLS nº 347/99, o qual exclui do salário-de-contribuição para a Previdência Social os valores recebidos a título de salário-maternidade e salário-educação; *PLS nº 586/99, que permite a utilização do FGTS para compra de casa própria, em qualquer sistema de financiamento habitacional; *PLS nº 155/99, que altera o artigo 4º da Lei nº 9.732/98; *PLS nº 200/99, que dispõe sobre a apuração de falta grave para efeito de dispensa do empregado sindicalizado; *PLC nº 31/97, que revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; emenda oferecida no turno suplementar ao substitutivo do *PLS nº 112/99, altera a redação dos arts. 25, 26, 71 e 73 da Lei nº 8.213/91, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social, estendendo o salário-maternidade à trabalhadora autônoma; e *PLS nº 542/99, que dispõe sobre benefício a pessoa idosa ou portadora de deficiência. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

Após a Ordem do Dia — Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: *PLS nº 578/99, que autoriza a criação do Conselho Federal e dos conselhos regionais da profissão de técnico de segurança do trabalho. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aprovado projeto que facilita compensação da Lei Kandir

Depois de amplo debate, senadores acolhem proposta de José Roberto Arruda que dispensa das exigências da Resolução 78 as operações relativas às transferências de recursos para compensar perdas dos estados

Ao final de uma longa discussão, o Senado aprovou ontem projeto do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) dispensando das exigências da Resolução 78/98 as operações relativas às transferências de recursos da União para as unidades federadas, previstas na Lei Kandir. A fim de antecipar essas transferências, podem ser realizadas operações no limite de até R\$ 800 milhões, mas esses créditos devem ser utilizados exclusivamente na liquidação de obrigações dos estados e Distrito Federal para com a União.

Até agora, essas operações estavam sujeitas às exigências da Resolução 78. O projeto votado, que recebeu uma emenda de redação do senador Francelino Pereira (PFL-MG), visa contornar parcialmente as perdas sofridas pelas economias estaduais desde que entrou em vigor a Lei Kandir. Conforme Arruda, a dispensa nessas operações das exigências da Resolução 78 se impõe em razão da especificidade desses créditos, ou seja, sua exclusiva utilização na liquidação de obrigações dos estados para com a União. O projeto agora vai a promulgação.

Antes da votação, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) observou que, mais uma vez, o Senado estava flexibilizando a Resolução 78 da Casa. Referindo-se à renegociação da dívida do Banco de Santa Catarina (Besc), prevista para ser votada hoje, ele alertou que novamente o plenário deverá abrir exceções nessa resolução. "Quando vejo faltarem recursos nas mais diversas áreas do país, me deparo com uma autorização para conceder mais de R\$ 2 bilhões para reestruturar o Besc, para depois ele ser privatizado. Por quanto esse banco vai ser vendido?", questionou Jader Barbalho.

Também criticando a "convivência"

do Senado no endividamento público do país, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que a manifestação de Jader Barbalho contrária a essas autorizações de endividamento fez-lhe nascer a esperança de que prolifere uma nova consciência sobre a responsabilidade da Casa no crescimento da dívida pública. Lauro Campos (PT-DF) também celebrou a posição de Jader Barbalho e lembrou ter votado contra todas as propostas de endividamento.

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) afirmou que todos os catarinenses lastimam que o Besc tenha chegado a tão grave situação e sustentou que isso aconteceu não por culpa do povo do estado. O senador Moreira Mendes (PFL-RO) argumentou que não é mais possível que o Senado conceda tantos privilégios para os estados do Sul, enquanto os do Norte e do Nordeste ficam à deriva.

Autor da matéria, Arruda disse que seu projeto, que apenas dispensa exigências da Resolução 78 nas transferências da Lei Kandir, resultou de um consenso estabelecido na última reunião do presidente da República com os governadores. "Nessa ampla negociação, o governo aquiesceu em fazer o que solicitavam os governadores. Não há nenhuma antecipação que acresça nada ao valor já previsto na Lei Kandir", esclareceu.

José Eduardo Dutra (PT-SE) sustentou que o projeto não era "uma grande reivindicação dos governadores, mas apenas uma atenuante das perdas resultantes da Lei Kandir". Conforme explicou, a grande ambição dos governadores é mudar essa lei. O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) aproveitou para dizer que a Casa precisa discutir a reforma tributária e alertou que, se continuar autorizando endividamentos, o Senado vai "destruir a Federação".

Autorização para endividamento terá normas mais simples

Aprovado ontem em plenário, vai agora a promulgação projeto de resolução do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) destinado a simplificar os trâmites burocráticos enfrentados por governos e prefeituras para conseguir do Senado autorização para endividamento.

Ficou decidido que, para a instrução dos pedidos de crédito, os tribunais de contas emitirão certidões relativas ao "último exercício analisado" e não mais ao "último exercício", como é exigido agora. A Resolução 78/98 atualmente exige que governos e prefeituras apresentem ao Banco Central comprovante dos tribu-



Casildo Maldaner

nais de contas atestando que cumpriram várias exigências, inclusive que destinaram à educação 25% de suas receitas.

Os senadores entenderam, contudo, que essa resolução leva o Banco Central a considerar que a certidão exigida deve ser necessariamente referente ao exercício anterior, tornando difícil seu atendimento. O projeto votado estabelece que agora serão exigidas certidões negativas dos tribunais relativas ao último exercício analisado e, quando este não corresponder ao exercício anterior, as certidões deverão ser acompanhadas de demonstrativos da execução orçamentária.



Vários parlamentares debateram projeto que diminui exigências para compensação da Lei Kandir

Senadores elogiam convenção contra o trabalho infantil

O senador Carlos Wilson (PPS-PE), relator na Comissão de Relações Exteriores dos textos da Convenção 182 e da Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e sobre a Ação Imediata para sua Eliminação, manifestou sua alegria ao votar a favor da matéria. Os textos foram aprovados ontem pelo Senado, e vão agora à promulgação.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que a deliberação do Senado era um compromisso que merecia ser aplaudido por todos. "É um diploma internacional da mais alta relevância, porém muito ainda precisa ser feito para aplicar-se o que consta da lei", observou. Ela registrou que os textos da OIT combatem todas as formas de escravidão infantil, inclusive o recrutamento forçado de crianças para serem utilizadas em con-

flitos armados.

Ao elogiar também os textos, a senadora Marina Silva (PT-AC) informou que a cada ano morrem 120 mil crianças brasileiras antes de completar um ano de idade. Ela registrou a contribuição do ex-governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, na adoção de mecanismos capazes de retirar as crianças do trabalho e propiciar uma renda familiar decorrente de sua frequência à escola.

Plenário acolhe textos internacionais que definem idade mínima para emprego

Os textos da Convenção 138 e da Recomendação 146 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre idade mínima de admissão ao emprego foram aprovados ontem pelo plenário do Senado. Ambas foram firmadas pelos países-membros da Organização das Nações Unidas como forma de prevenir e eliminar o trabalho infantil.

A Convenção 138 estabelece que o patamar mínimo para ingresso no mercado de trabalho "não será inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória ou, em qualquer hipótese, não inferior a 15 anos". A depender das condições econômicas e educacionais do país-membro signatário da Convenção 138, o patamar mínimo poderá ser de 14 anos. Caso a atividade prejudique a saúde, a segurança e a moral do adolescente, a idade mínima de emprego será de 18 anos.

A Recomendação 146, por sua vez, sugere medidas e diretrizes com vistas à

implementação nacional eficaz dos dispositivos da Convenção 138.

Adotadas na 58ª Conferência Geral da OIT realizada em Genebra, em junho de 1973, a convenção e a recomendação foram originalmente encaminhadas ao Congresso Nacional em agosto de 1974 e rejeitadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado em 1991. Os dispositivos da OIT eram então incompatíveis com as normas constitucionais brasileiras sobre o assunto. Com a aprovação, em dezembro de 1998, da Emenda Constitucional nº 20 — elevando de 14 para 16 anos a idade mínima básica de admissão a emprego e trabalho no Brasil —, o vício de inconstitucionalidade foi sanado e a matéria pôde voltar a ser apreciada.

Conforme mensagem do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, o ministro do Trabalho e Emprego instalou, em 19 de agosto de 1999, comissão tripartite (governo, setor patronal e

trabalhadores) que emitiu parecer favorável à ratificação da Convenção 138, agora compatível com o ordenamento jurídico nacional. Ainda conforme o ministro Lampreia, a 138 é uma das sete convenções da OIT "identificadas como fundamentais para a promoção dos direitos humanos no trabalho e, no plano nacional, sua ratificação consta como uma das metas do Programa Nacional de Direitos Humanos".

ESTANHO

O plenário também aprovou o texto do acordo de sede, de 1998, entre o governo brasileiro e a Associação dos Países Produtores de Estanho (APPE). Constituída em 1983 através de acordo entre países produtores e exportadores de estanho, a APPE decidiu, em sua 16ª Sessão da Conferência de Ministros, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1998, transferir a sede da associação para o Rio de Janeiro a partir de 1º de junho de 1999.

Três emissoras recebem concessões

O plenário do Senado aprovou ontem atos outorgando concessões para exploração de serviços de som e imagem em favor das

seguintes emissoras: Sistema Associado de Comunicação, em Recife (PE); e Sistema Goiano de Telecomunicação, em Palmas (TO). Deu

também permissão à Fundação Ruy Baromeu, para operar em frequência modulada na cidade de São Mateus (ES).

CCJ aprova inclusão de fotografia no título de eleitor

Enviado à apreciação dos deputados, projeto do senador Moreira Mendes prevê que o documento valerá também como identidade

O projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que determina a inclusão da fotografia digitalizada no título eleitoral, que passaria a valer também como documento de identidade em todo o país, foi enviado, na sexta-feira, ao exame da Câmara dos Deputados. Apreciada em caráter terminativo, a proposta obteve aprovação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ) e não precisou ser analisada pelo plenário da Casa, porque não houve recurso nesse sentido.

Relatora da proposta na CCJ, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) deu parecer favorável, argumentando que a introdução da fotografia do eleitor no título vai dificultar a fraude no processo eleitoral. "A proposição constitui uma contribuição efetiva ao aprimoramento do sistema eleitoral no Brasil, especialmente quanto à fiscalização, tanto do alistamento eleitoral quanto do ato de votar", disse.



Votaram contra o projeto os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), José Jorge (PFL-PE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). Além de considerar a proposta inconstitucional, os senadores disseram que o projeto vai demandar mais despesas por parte do Executivo para atender aos gastos que terá o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



Moreira Mendes é o autor do projeto que inclui foto digitalizada no título eleitoral

Vai à Câmara proposta de serviço para receber denúncia de violência contra mulher

O Senado enviou à apreciação da Câmara dos Deputados projeto de lei da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que autoriza o Poder Executivo a instalar um número de telefone de acesso gratuito nacional para receber denúncias de violência contra a mulher. Aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que é presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), o projeto seguiu para exame da Câmara, porque não houve recurso para sua apreciação pelo plenário do Senado.

De acordo com o relator da proposta na CCJ, senador Roberto Freire (PPS-PE), a violência contra a mulher é um dos maiores componentes dos alarmantes números da criminalidade, mas as ocorrências não chegam ao conhecimento das autoridades, impedindo sua ação. "A criação de mecanismos que facilitem as denúncias é plenamente justificável, para que as vítimas e terceiros



Pelo projeto de Emilia Fernandes, a ligação será gratuita para um número único em todo o país

possam sentir-se em condições de informar sobre a ocorrência de crimes e denunciar os criminosos", afirmou.

O projeto estabelece que o número do telefone deverá ser único para todo o país e o serviço de atendimento será operado pelas delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Nos locais onde não houver Delegacia da Mulher, o serviço deverá ser operado pelas delegacias de Polícia Civil.

Senado faz apreciação final sobre terra para moradores dos quilombos

Antes do final do ano, o Senado deve aprovar mais uma proposta de emenda à Constituição (PEC) e, assim, garantir aos remanescentes dos quilombos o direito às terras que ocupam e a preservação de suas comunidades. A proposta, de iniciativa do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), consta da pauta da sessão de hoje, com início marcado para as 14h30, em terceiro e último dia de discussão em segundo turno, e tem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Além da PEC, que terá votação nominal, os senadores devem analisar outros dez itens na sessão, entre solicitações de empréstimos e indicações de autoridades pelo presidente da República. A pauta tem ainda projetos que alteram as leis trabalhistas.

O primeiro item da pauta é o projeto de lei da Câmara que transfere atribuições do IRB-Brasil Resseguros S.A. para a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Tramitando em regime de urgência, recebeu



Lúcio Alcântara quer garantir aos remanescentes dos quilombos o direito às terras que ocupam

parecer favorável do senador Edison Lobão (PFL-MA), aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), com votos contrários dos senadores José Alencar (PMDB-MG), Roberto Saturnino (PSB-RJ), Carlos Bezerra (PMDB-MT) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Na mesma sessão, será examinado projeto de lei complementar do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que amplia o prazo para redução dos coeficientes de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos municípios que perderam população. A proposta modifica lei de



José Fogaça deu parecer favorável ao projeto de Alcântara que será apreciado hoje a partir das 14h30

1997 que define os critérios de distribuição dos recursos do FPM e, segundo Osmar Dias, dará condições para que cidades de pequeno porte assimilem a perda de recursos. O senador acredita que essas cidades não têm conseguido dar condições para seus habitantes, que acabam migrando e inchando os grandes centros urbanos. Também em regime de urgência, o projeto tem parecer favorável do senador Luiz Otávio (PPB-PA) aprovado pela CAE.

INDICAÇÕES

O plenário votará ainda mensagem presidencial que submete

o nome do advogado e ex-deputado federal Flávio Flores da Cunha Bierrenbach para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM). Bierrenbach já foi sabatinado pela CCJ, que aprovou parecer favorável à indicação.

Uma outra mensagem presidencial consta da Ordem do Dia da sessão de hoje: a que submete o nome de José Israel Vargas (ex-ministro de Ciência e Tecnologia) para ocupar o cargo de chefe da delegação permanente do Brasil na Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco). As votações das duas indicações serão secretas.

Ainda hoje, três projetos de lei sobre questões trabalhistas que tramitam em conjunto serão apreciados em regime de urgência: um de autoria do Executivo, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre as comissões de conciliação prévia e permitir a execução de título executivo extrajudicial na Justiça do Trabalho; outro, do senador Arlindo

Porto (PTB-MG), que trata das câmaras intersindicais de conciliação e um terceiro, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), que institui a Comissão Paritária de Conciliação.

Consta ainda da pauta projeto de resolução que autoriza Santa Catarina a contratar empréstimo no valor de R\$ 2,1 bilhões para saneamento e federalização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), com parecer favorável do senador Pedro Piva (PSDB-SP) aprovado pela CAE.

Também será apreciado pelo plenário ofício do Banco Central aprovado ontem pela CAE que se refere a pedido do estado do Ceará para que possa contratar empréstimo do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 136 milhões, destinados à implementação do Programa de Gerenciamento e Integração dos Recursos Hídricos do Ceará.

CONGRESSO

O Congresso Nacional realiza sessão hoje, às 19h, com a finalidade de apreciar medidas provisórias e projetos de lei.

Autorizado empréstimo para hospitais universitários

Com parecer favorável do senador José Alencar (PMDB-MG), aprovado anteriormente pela CAE, o plenário do Senado autorizou ontem a União a contratar operação de crédito externo no valor de oito milhões de libras esterlinas junto ao banco HSBC. Os recursos serão empregados no financiamento de 85% dos equipamentos de laboratórios de pesquisa e material multidisciplinar de laboratório das instituições federais de ensino superior e hospitais universitários.

O material será fornecido pela empresa Philip Harris International, no âmbito do Programa de Modernização e Consolidação da Infra-Estrutura Acadêmica das Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais Universitários.

RETIFICAÇÃO

A autorização para que a União realize operação de crédito no valor de US\$ 44 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), já concedida pelo Senado através do Projeto de Resolução nº 58, de 1999, foi alterada ontem pelo plenário em um único item: o prazo de entrada em vigor da comissão de compromisso, estabelecido no projeto promulgado em até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado do financiamento, contado a partir de 60 dias após cada desembolso. Como esclareceu o autor da modificação, Jonas Pinheiro (PFL-MT), a comissão "deveria ser contada 60 dias após a assinatura do contrato, visto que a taxa é destinada a estabelecer remuneração sobre os recursos não desembolsados".

Álvaro propõe sessão especial em homenagem ao "rei" Pelé

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) solicitou à Mesa Diretora do Senado a realização de sessão em homenagem a Pelé, a ser marcada oportunamente. "Nenhum outro brasileiro deu tanto destaque ao Brasil, não apenas em relação ao esporte, mas como nação", afirmou.

Ele lembrou que, depois de ser considerado o *Atleta do Século*, o "rei" Pelé foi agraciado com um prêmio da agência de notícias Reuters, da Grã-Bretanha, em que votaram 54 de seus editores no mundo inteiro. "O futebol, além de ser um esporte que emociona milhões de pessoas, representa uma atividade que gera empregos, renda e receita pública", destacou.

Álvaro afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso teve "um momento de lucidez" ao escolher Pelé como ministro dos Esportes. "Também na política seu comportamento foi exemplar, demitindo maus funcionários do ministério e patrocinando a Lei Pelé, uma tentativa de moralizar o futebol no país."

ACM quer menos desigualdade e mais salário no ano que vem

A elevação do mínimo e o enfrentamento do quadro de injustiças sociais são o que o presidente do Senado espera para o Brasil em 2000

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, apontou a diminuição das desigualdades no Brasil e o aumento do salário mínimo como suas principais aspirações para o país no ano que vem, ao responder ontem à pergunta dos jornalistas sobre qual o seu desejo para o ano 2000.

— Que o Brasil seja mais feliz, que haja menos desigualdade, que o salário mínimo aumente: isso é o que eu desejo — afirmou.

O senador observou que não

havia lido as reportagens contendo críticas à atuação dos políticos, atribuídas ao presidente Fernando Henrique Cardoso. "Ele é um homem educado, jamais falaria isso", comentou.

Sobre a convocação extraordinária do Congresso pelo presidente da República, Antonio Carlos disse que deverá sugerir a inclusão de algumas matérias da pauta do Senado, e acredita que o presidente da Câmara, Michel Temer, fará o mesmo.



Antonio Carlos Magalhães disse que vai sugerir algumas matérias para a pauta da convocação

Ministro explica na CAE fundo para comunicações

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) decidiu ontem convidar o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro, para prestarem esclarecimentos sobre projeto de lei originário da Câmara que institui o Fundo de Universalização das Telecomunicações. Está previsto na Lei Geral das Telecomunicações que os recursos desse fundo serão usados no fornecimento de serviços de telecomunicações a comunidades carentes, nas quais as empresas privadas não teriam interesse comercial em operar. Pimenta e Guerreiro devem comparecer à CAE hoje, a partir das 10 horas.

A presença dos dois foi sugerida pelo líder do governo, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), como solução para o impasse surgido no encaminhamento do projeto. O relator da matéria, Lúcio Alcântara (PSDB-CE), argumentava que o projeto teria de ser votado ainda nesta sessão legislativa, para que as contribuições previstas pudessem ser cobradas no ano 2000, respeitando-se o princípio da anualidade — nenhum imposto pode ser cobrado no mesmo ano em que é aprovado. Entretanto, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) apresentou emenda eliminando da proposta a cobrança de 1% sobre a receita operacional bruta das empresas de telecomunicações.



A comissão não chegou a um consenso sobre a taxa que o governo quer cobrar das empresas de telefonia

— Essa contribuição vai acabar sendo repassada para os usuários. Temos de trabalhar com um orçamento e não partir para soluções simplistas — defendeu Bornhausen.

Alcântara defendeu a importância da proposta, que resultou de dois anos de debates na Câmara, e explicou que ela é parte indissociável do programa de transformações nas telecomunicações que teve lugar com a privatização do sistema Telebrás. Segundo Alcântara, o governo fará um acompanhamento rigoroso para evitar eventual repasse da contribuição aos usuários. Ele lembrou que o fundo também contará com recursos orçamentários.

O líder do PMDB, Jader Barbalho (PA), disse que não se sentia esclarecido para votar o projeto e foi um dos que sugeriram a suspensão da reunião. Ele advertiu que o início da arrecada-

ção em 2000 estaria prejudicado no caso de receber emendas, tendo nesse caso de voltar à Câmara, ou de não ser votado a tempo.

Romero Jucá (PSDB-RR) ressaltou a importância que o fundo terá para as regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste. Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Agnelo Alves (PMDB-RN) e Francelino Pereira (PFL-MG) apoiaram Bornhausen. Amir Lando (PMDB-RO) lamentou que a matéria tenha passado tanto tempo na Câmara e que o Senado fosse obrigado a votá-la em cinco dias.

A CAE também examinou ontem projeto autorizando o estado do Ceará a contratar operação de crédito junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de R\$ 261,5 milhões, destinada a projetos hídricos.

Infra-Estrutura vota permissão para uso do gás em veículos

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota em turno suplementar hoje, às 14 horas, projeto do senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) que permite o uso do gás natural como combustível em todos os veículos do país. De acordo com a proposta, caberá às empresas estaduais de gás fiscalizar a conversão a fim de assegurar padrões técnicos de eficiência e segurança.

O relator do projeto, senador Mauro Miranda (PMDB-GO), é autor de substitutivo que ampliou o projeto original, estendendo o uso do gás natural a todos os veículos e excluindo da permissão a utilização do gás liquefeito de petróleo como combustível, por motivos de segurança.

Também está na pauta da comissão mensagem do presidente da República que reconduz Eloi Fernández y Fernández ao cargo de diretor da Agência Nacional de Petróleo. A matéria foi analisada por Gerson Camata (PMDB-ES), que recomendou a sua aprovação.

Moreira protesta contra plano de desvio do trajeto de gasoduto

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) apontou ontem o surgimento de "intrigas e conspirações" para desviar o traçado do gasoduto Urucu-Porto Velho, de modo



Moreira Mendes

a fazer com que ele chegue, inicialmente, a Humaitá (AM), a quase 200 km de Porto Velho, e dali a um ramal secundário para Rondônia. "Querem tirar de Rondônia o gasoduto. Querem perpetrar esse desatino contra Porto Velho e contra Rondônia", protestou.

Segundo Moreira, o estado vai reagir e já deu início a uma mobilização, a partir da visita de uma comitiva de cerca de 40 pessoas à província petrolífera de Urucu. "Obtive o apoio do ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia, e a cooperação da Petrobras. Nosso objetivo com essa visita foi conscientizar as lideranças de Rondônia sobre a grande importância e a exata dimensão do projeto e sobre as vantagens que dele decorrerão", revelou.

Além da visita, o senador informou também que serão realizados seminários e ciclos de debates, já agendados pelo vice-governador Miguel de Souza, para o início do ano, na capital e no interior. Com isso, Moreira Mendes espera que fique mais nítido o impacto regional e nacional do Projeto Urucu.

CE aprova nome de Petrônio Portella para aeroporto

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), aprovou ontem projeto que dá ao aeroporto da capital piauiense o nome de Aeroporto de Teresina — Senador Petrônio Portella. A proposta, de autoria do deputado Heráclito Fortes, recebeu parecer favorável do senador Freitas Neto, que destacou a participação do homenageado no processo de abertura política no Brasil.

Freitas Neto lembrou que Petrônio Portella exerceu, como presidente do

Senado, relevante papel no processo de redemocratização, mediando o diálogo do governo com a classe política e com os mais diversos setores da sociedade civil. Ele lembrou ainda a luta de Petrônio Portella, como ministro da Justiça, em favor do pluripartidarismo e dos direitos humanos e sua atuação como deputado estadual pelo Piauí, prefeito de Teresina, governador do estado, líder do governo no Senado e presidente nacional da Arena.

Os senadores da Comissão de Educação aprovaram também os atos que

renovam a concessão das emissoras de rádio Porta-Voz de Cianorte, de Cianorte (PR), Tocantins, de Cametá (PA), e Excelsior, de São Paulo (SP), e que outorgam permissão à Radio Capital do Vale, de Caçapava (SP), e à Universidade de Taubaté, de Taubaté (SP), para operarem emissoras em FM. Foi ainda outorgada concessão à Fundação Champagnat para explorar emissora de televisão em Curitiba (PR). Todas as matérias votadas ontem serão agora analisadas pelo plenário do Senado.

Eduardo quer mais atenção para o setor agropecuário

O melhor aproveitamento do território nacional para agricultura, principalmente da região Centro-Oeste e da Amazônia, é um dos caminhos apontados pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) para a elevação da produção agropecuária do país. Ele enfatizou a necessidade de formular uma agenda positiva para o governo e para a sociedade brasileira no que se refere à questão rural.

Eduardo Siqueira Campos informou que cerca de 150 milhões de hectares podem ser aproveitados para produção rural nas regiões Centro-Oeste e amazônica, dentro de parâmetros que garantem a preservação dos recursos naturais e sustentabilidade ambiental. O senador acredita ser possível elevar a produção dos 80 milhões de toneladas de grãos atuais para algo próximo a 300 milhões. Para ele, esse resultado pode ser conseguido em uma ou duas décadas, “se houver uma decisão nacional”.

— A ânsia de substituir o país agrícola pelo industrial levou ao equívoco de se considerar mais importante o investimento nesse segundo setor. Frequentemente, houve mais investimento no setor financeiro do que no agrícola, que é capaz de gerar a riqueza interna e os excedentes financeiros necessários. Não faltam ao mundo oferta de computadores, automóveis e de manufaturados de alta tecnologia. Falta oferta de alimentos — afirmou.

Eduardo Siqueira Campos defendeu, também, a necessidade de criar, em nível mundial, organismos e fundos de combate à fome e à pobreza, nos moldes do Fundo de Combate à Pobreza que se pretende desenvolver no Brasil. Ele citou previsões de que a população mundial se estabilize entre 9 e 10 bilhões de pessoas. “Esta população terá que ser alimentada”, disse o senador, informando que, hoje, 30% da humanidade vivem em permanente estado de aguda carência alimentar. O senador acredita que o Brasil é o único país do mundo em condições de ampliar, de forma significativa, a produção de alimentos para responder à demanda nacional e ao crescimento da população mundial.



Para Eduardo Siqueira Campos, o Brasil pode aumentar muito a sua produção agrícola

Cabral saúda os 50 anos da *Tribuna da Imprensa*

Veículo comandado pelo jornalista Hélio Fernandes paga alto preço por ter optado por uma atuação independente e destemida, afirma senador

O cinquentenário do jornal *Tribuna da Imprensa* foi saudado ontem pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), ressaltando ser impossível desvincular a história do jornal de seu diretor-proprietário, o jornalista Hélio Fernandes. “Dirigindo a *Tribuna* a partir de 1962, com uma intrepidez e um destemor inigualáveis, Hélio Fernandes foi, de longe, o jornalista mais censurado e mais



Cabral denunciou o bloqueio publicitário contra a *Tribuna da Imprensa*

confinado da história brasileira. Falar da *Tribuna* é, necessariamente, falar da valentia, do arrojo e do denodo de Hélio Fernandes”, afirmou Cabral. O senador encaminhou à Mesa Diretora requerimento para que seja marcada data para a realização de sessão especial em homenagem ao cinquentenário do jornal.

Cabral lembrou que Hélio Fernandes conheceu a negação de sua própria identidade profissional e o cerceamento do direito ao trabalho, ao ser proibido de trabalhar e de escrever. Entre novembro de 1966 e setembro de 1967, teve que usar o pseudônimo de João da Silva, nome de um pracinha brasileiro da FEB que morreu lutando na Itália.

— Falar em liberdade de informa-

ção para um jornal como a *Tribuna*, que sofreu a censura mais avassaladora de que se tem notícia na imprensa brasileira, é, a um só tempo, tocar numa ferida ainda exposta, uma vez que o jornal sofre até os dias de hoje um bloqueio nefasto em termos de publicidade, e exaltar o espírito de resistência e bravura com que se consolidou sua forma de fazer jornalismo: independente,

autônomo, desassombrado, sem sujeição e sem servilismo — assinalou.

O senador lembrou também o fundador do jornal, o ex-governador Carlos Lacerda, que criou o lema “um jornal que pensa o que diz porque diz o que pensa”. Segundo o parlamentar, o “espírito da casa”, que norteava a linha editorial do jornal, reuniu em torno de Carlos Lacerda um grupo de fiéis seguidores, que comungavam do mesmo ideal de construir “um Brasil melhor”.

Em aparte, Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que só quem sabe quanto custa fazer jornalismo independente no Brasil de hoje entende o milagre de manter uma edição diária sem falhar um só dia. “Hélio Fernandes já conheceu todos os tipos de agressão

e arbitrariedade e, apesar disso, esse homem não se dobra. É um exemplo invejável de energia e de coragem num país onde até jornais tradicionais às vezes tornam-se veículos chapa-branca”, comparou.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse conhecer os riscos trazidos pelo tipo de jornalismo que faz Hélio Fernandes, mas ressaltou a importância de o Brasil ter um jornalismo assim, “sem abaixar a cabeça aos poderosos”. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) registrou sua grande admiração pelo jornalista e destacou sua importância na redemocratização do país. “Ele é o símbolo de resistência democrática”, concluiu.

Para Pedro Simon (PMDB-RS), Fernandes é dono de um espírito de garra e de luta que foge da média dos heróis do mundo inteiro. O senador disse ainda que, em conversa com empresários, soube haver uma determinação do governo para que não se faça publicidade na *Tribuna da Imprensa*.

Agnelo Alves (PMDB-RN) falou da ligação que existe entre os jornais *Tribuna da Imprensa* e *Tribuna do Norte*, que também fará 50 anos em março. Alves lembrou que o jornal potiguar sofreu toda a carga de perseguição sofrida pelo jornal carioca e que os dois não nasceram para ser empresas, mas jornais de luta, de resistência, de quase insurreição. “Somos irmãos na resistência”, comparou.



Patrocínio: Conselho Nacional de Política Agrícola (CNA) trouxe “avanço institucional”

Patrocínio pede reativação de conselho de política agrícola

A iniciativa do Fórum Nacional de Agricultura (FNA) que aprovou como um dos seus objetivos a imediata reativação do Conselho Nacional de Política Agrícola (CNA) foi elogiada pelo senador Carlos Patrocínio. Na avaliação do senador, o conselho representa um avanço institucional nas relações do campo com o governo.

Representante de um estado cuja economia depende em grande parte da agropecuária, Patrocínio considerou um retrocesso da política econômica do atual governo a desmobilização do CNA em 1993, depois de funcionar por dois anos. Para ele, o órgão, composto por nove membros indicados pelo governo e oito por entidades privadas representativas do setor, era um instrumento que atenuava as dificuldades resultantes da ausência de uma política agrícola no Brasil. A descontinuidade das políticas públicas e as mudanças no tratamento que o governo dava ao setor primário fizeram surgir a necessidade da criação de um fórum para o encontro de autoridades governamentais e representantes do setor agrícola.

— Por meio do contato frequente entre os servidores públicos responsáveis pela área e os agricultores, se poderia fazer com que as informações chegassem mais depressa ao público, como o CNA procurou fazer enquanto funcionou — disse Patrocínio.

O senador também fez um apelo para que o Estado brasileiro se torne mais permeável aos pleitos dos representantes da sociedade civil organizada. “Por intermédio de um diálogo franco e aberto, poderemos encontrar, com mais eficiência e menos demora, as soluções para os problemas nacionais”, argumentou.

Nabor Júnior presta contas das atividades que realizou neste ano

Em balanço das atividades legislativas que desenvolveu em 1999, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que sua grande bandeira foi a luta para mostrar que no seu estado estão as soluções para a produção e a exportação, pois o Acre é importante porta de saída para os produtos brasileiros. Lá, continuou, “estão as conexões mais viáveis para os grandes portos do Pacífico, atingindo a Costa Leste dos Estados Unidos e — numa linha direta, sem intermediários ou entrepostos — chegando aos grandes centros fabris e consumidores do Extremo Oriente ou do subcontinente indiano”.

Dizendo que o Acre é esquecido pelas autoridades federais, Nabor destacou seu esforço pelo repasse de recursos da União para municípios acreanos, tarefa em relação à qual ele rechaça os epítetos de “assistencialismo” e “paroquialismo”. O senador relatou ter orientado a formação da equipe que, em Brasília, dá apoio à Associação dos Prefeitos do Acre (APA), que hoje tem condições técnicas de propor convênios, atender a exigências técnicas,

assinar acordos e receber os recursos para as comunidades afiliadas. Na semana passada, exemplificou, várias prefeituras acreanas assinaram convênios com órgãos federais no valor de R\$ 21,9 milhões, provenientes de emendas propostas no ano passado, quando ele coordenou a bancada federal do Acre.

Também citou projetos de sua autoria que tramitam no Congresso, como o que concede seguro-desemprego aos seringueiros da Amazônia durante os meses da entressafra anual da extração do látex. O projeto, já aprovado no Senado, depende da apreciação da Câmara. Outro projeto, proibindo a reedição de medidas provisórias, foi integrado na proposta de emenda constitucional aprovada pelo Senado no início de dezembro, agora à espera de decisão final da Câmara.

Nabor abordou ainda a questão do



Nabor: apoio técnico ao repasse de recursos federais para o Acre

narcotráfico, que, na sua opinião, rendeu ao Acre “as mais infamantes e sórdidas agressões”. Lembrou que, já na Constituinte, propôs a desapropriação de terras onde fossem descobertas plantações de substâncias psicoativas; em 84, quando governou o Acre, firmou convênio com o Ministério da Justiça para reprimir o tráfico, então incipiente na Amazônia; em 99, denunciou o fechamento de quatro postos da Polícia Federal no Amazonas.

A prestação de contas feita pelo senador resumiu, conforme disse, exposição realizada em sessão especial na Assembléia Legislativa do Acre, convocada para ouvir senadores e deputados federais do estado. Nabor considerou a iniciativa pioneira e digna de ser estendida aos demais estados da Federação.

Roberto Saturnino cobra ajuda brasileira a Angola

O Brasil não pode deixar de ajudar Angola. A afirmação foi feita pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), ontem, ao analisar as dificuldades do país africano com um movimento guerrilheiro que vem impedindo seu desenvolvimento econômico e a estabilidade política. O senador disse que a guerra está devastando um país que tem riqueza fantástica e teve papel importante em movimentos de independência de vários países africanos e no fim do regime de *apartheid*



Roberto Saturnino: a guerra está devastando o país

na África do Sul.

Saturnino lembrou as afinidades culturais entre Brasil e Angola e criticou a falta de ajuda internacional não só para aquele país, mas para todo o continente africano, mais devastado que o nosso, segundo o senador, "por esse modelo econômico regido pelo sistema financeiro internacional". Saturnino saudou a eleição presidencial realizada há duas semanas em Moçambique, a segunda após o final da guerra civil.

Documentário sobre Machado na ABL

A Academia Brasileira de Letras exhibe, hoje, em sua sede no Rio de Janeiro, documentário produzido pela TV Senado, intitulado *Alma Curiosa de Perfeição*, que retrata aspectos da vida e obra do escritor Machado de Assis, fundador e patrono da entidade.

Os 160 anos de nascimento do escritor e 100 anos de publicação de *Dom Casmurro* serão homenageados pela academia com a inauguração do Espaço Machado de Assis. Para compor o acervo do Centro de Memória da instituição, a TV Senado doou cópias do documentário, classificado pela academia como "de real valor histórico e cultural".

Simon e Emilia debatem violência

A violência na mídia é o tema do programa *Debate* desta semana, na TV Senado. O senador Pedro Simon (PMDB-RS), presidente da Subcomissão de Rádio e TV da Comissão de Educação, e a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) são os convidados do programa, que vai ao ar hoje, às 9 horas.

Simon destaca o trabalho da subcomissão na análise da programação da televisão, frisando que não defende a censura, mas o combate aos abusos. Para ele, é preciso valorizar a cultura e a educação nos meios de comunicação eletrônicos.

Pastoral parlamentar celebra missa

A Pastoral Parlamentar Católica realiza hoje, às 19h, missa para comemorar o Natal e o encerramento do ano no Salão Negro do Congresso. A celebração será presidida pelo padre Antonio Maria, apresentador do programa *Louvemos o Senhor*, que vai ao ar aos domingos pela TV Século 21.

De acordo com o dirigente da pastoral, deputado Osmânio Pereira (PMDB-MG), o material litúrgico a ser utilizado durante a missa foi doado e abençoado pelo papa João Paulo II para os trabalhos da Pastoral.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO HOJE

6h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Judô
6h30 — *Especial Unip* — Assunto: Dores nas costas
6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Atividade: Hidroginástica
7h30 — *Especial Unip* — Assunto: Dores nas costas
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*
8h25 — *Senado em Pauta*
8h30 — *Entrevista* — O senador Lúcio Alcântara fala sobre os direitos de remanescentes dos quilombos
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Debate* — A senadora Emilia Fernandes e o senador Pedro Simon falam sobre a violência na mídia
9h55 — *Senado em Pauta*
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (gravado em 13.12.99)
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após — Comissão de Assuntos Sociais (ao vivo)
19h — Sessão Conjunta do Congresso Nacional (ao vivo)

Logo após — *Jornal do Senado*
Logo após — Comissão de Infra-Estrutura (gravado)
Logo após — Sessão Plenária (representação)

RÁDIO SENADO HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida — Música e informação

Acordo do Besc inviabiliza finanças de SC, diz Maldaner

Para senador, contrato no valor de R\$ 2,1 bilhões para federalização do banco aumenta dívida do estado em mais de 50%

O contrato de financiamento que prevê a federalização do Banco do Estado de Santa Catarina (Besc), no valor de R\$ 2,1 bilhões, implicará aumento do endividamento público estadual em mais de 50%, inviabilizando completamente as finanças públicas do estado, afirmou ontem o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). "A federalização, conforme protocolo fir-



Casildo Maldaner diz que contrato abre caminho para privatização

mado entre o governador Esperidião Amin e o Banco Central, abrirá caminho para a privatização do banco, com perdas significativas para as finanças estaduais", ressaltou.

O senador já solicitou à Comissão de Assuntos Sociais (CAE) a sustação do processo de federalização até a conclusão de CPI da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, e apresentou requerimento de informações dirigido ao Ministério da Fazenda sobre o assunto.

Maldaner relatou que, no segundo semestre de 1997, sob o governo Paulo Afonso, foi iniciado o levantamento das necessidades de financiamento do Besc, encerrado em março de 1998, quando o governo de Santa Catarina, o Ministério da Fazenda e o Banco Central firmaram protocolo de cooperação da ordem de R\$ 218 milhões. Tendo manifestado sua intenção de

privatizar o Besc antes mesmo de tomar posse como governador, Esperidião Amin, conforme Maldaner, teria promovido "uma campanha difamatória e insidiosa de descrédito do Besc", até que as necessidades de saneamento do banco atingiram R\$ 2,1 bilhões.

Pelo termo de compromisso de gestão, firmado em agosto de 1999, além de a federalização envolver financiamento equivalente a 50% da dívida histórica estadual, o governo do estado e as autoridades econômicas federais acertaram "cláusulas leoninas" que, segundo o senador, representam uma socialização dos prejuízos às custas das finanças catarinenses. Entre elas, Maldaner destacou que o estado compromete-se a subsidiar a manutenção das agências pioneiras e a assumir a responsabilidade por qualquer prejuízo ou necessidade de financiamento futuro.

— A pergunta que se impõe é a seguinte: se o estado detém apenas 44% do total do banco, por que assumir 100% dos prejuízos, e dos futuros prejuízos que poderão advir ou serem criados? Por que ele deve ser assumido integralmente pelas finanças públicas? — questionou.

Marina relata viagem de Lula para conhecer projetos no Acre

A senadora Marina Silva (PT-AC) fez ontem relato da viagem do presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Acre, para conhecer as realizações do governador Jorge Viana, também do PT. Lula pôde conhecer projetos de desenvolvimento sustentado que, conforme objetivo do governador, podem gerar 40 mil empregos em quatro anos.



Marina Silva: governo assentou 500 famílias em pequenas unidades

De acordo com a senadora, na área agrícola, o governo do estado já assentou 500 famílias em pequenas unidades de 3 a 5 hectares de área. "Foram selecionados trabalhadores com real vocação para a agricultura, que estão contando com assistência técnica, crédito e sementes", disse Marina.

A senadora afirmou que o programa do Banco da Amazônia (Basa), de con-

cessão de crédito a trabalhadores que lidam com a pesca ou atividades extrativistas, já concedeu R\$ 40 milhões de reais. "Agora, eles podem comprar uma canoa nova, ferramentas, insumos." De acordo com a senadora, Lula ficou emocionado ao participar da solenidade em que alguns trabalhadores receberam cartas de crédito.

Além dos créditos, afirmou Marina, o respeito ao zoneamento ecológico e econômico também é fundamental para criar as bases do desenvolvimento sustentado. "No Acre, foram feitos levantamentos rigorosos sobre solo, recursos e biodiversidade para identificar a vocação das várias zonas. Assim, estamos provando ao mundo ser possível promover o desenvolvimento, preservando o meio ambiente", concluiu.

Geraldo Cândido critica política econômica do governo em 99

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) fez ontem um balanço da política econômica do governo em 1999. "Logo no começo do ano e do mandato, em janeiro, o governo teve que abandonar sua política de manutenção da cotação do real perante o dólar, a chamada âncora cambial, com a qual em seis meses torrou cerca de US\$ 42 bilhões de reservas. A cotação do dólar subiu rapidamente e, no final do mês, ultrapassou os R\$ 2,00", lembrou.

Para Cândido, isso não foi suficiente

para o governo se convencer de que deveria mudar a política econômica. "Era mais cômodo pôr a culpa na moratória decretada pelo governador de Minas, Itamar Franco, ou alegar, infantilmente, que tudo tinha sido



Cândido condenou escolha de Armínio Fraga para o BC

causado por um ataque especulativo contra o real", disse. Cândido lembrou também das medidas aumentando as contribuições previdenciárias dos servidores civis ativos e instituindo contribuição para os inativos, aprovadas pelo Congresso, e o aumento da contribuição social sobre o lucro e do IOF, propostos para compensar o atraso na aprovação do aumento da CPME.

Geraldo Cândido criticou a "estranha escolha" de Armínio Fraga para a presidência do Banco Central e recordou que ele foi o mentor das "famigeradas" contas CC-5, responsáveis pelo envio de US\$ 124 bilhões para o exterior entre 1992 e 1998. O acordo de 8 de março com o FMI também foi criticado pelo senador, para quem os termos acertados definem a política econômica brasileira, resultando, na opinião de Cândido, no agravamento da crise social.

Em aparte, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) analisou a política econômica e salientou as dificuldades de aprovação da reforma tributária, nos moldes pretendidos pelo Executivo. "Nenhuma das partes envolvidas quer ceder", afirmou, ressaltando que, pela reforma proposta pelo governo, 70% da arrecadação iriam para a União, 26% para os estados e 4% para os municípios.

Valadares afirma que rio São Francisco está ameaçado

Para o senador, levar adiante o projeto de transposição das águas nas condições atuais é “um ato inconseqüente”

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) alertou ontem para os perigos que rondam o rio São Francisco. “O rio está agonizando em muitos trechos, a vazão é mínima. Se não forem tomadas providências sérias e urgentes, o fornecimento de energia elétrica e a irrigação, hoje fundamentais para o desenvolvimento do Nordeste, estarão ameaçados”, afirmou.

Para Valadares, insistir no projeto de transposição das águas do São Francisco, nessas condições, é um ato inconseqüente, que levará à prostração e morte do rio, trazendo ainda mais problemas sociais aos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas, que hoje têm projetos de irrigação com as suas águas.

O senador salientou que, em primeiro lugar, é preciso aumentar a disponibilidade hídrica do São Francisco. “A transposição de águas do rio Tocantins, por exemplo, é uma alternativa que custará apenas R\$ 120 milhões. A natureza já construiu uma interligação entre os dois rios,



Valadares aponta medidas para aumentar a disponibilidade hídrica do rio São Francisco

através das lagoas Jalapão e Varecão. Se houvesse um aprofundamento da ligação, a descarga poderia aumentar em 2.600 metros cúbicos por segundo, sem afetar o sistema Tocantins”, explicou.

Além disso, acrescentou Valadares, é preciso reflorestar as matas ciliares das nascentes do São Francisco, impedindo a erosão e o assoreamento. “Se o projeto de transposição for levado adiante para reduzir a escassez de recursos hídri-

cos no Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte sem antes revitalizar o rio, será um passo errado e infrutífero. Não beneficiará esses estados e contribuirá para estagnar as economias de Sergipe, Bahia e Alagoas”, advertiu.

Em aparte, o senador Agnelo Alves (PMDB-RN) afirmou que, antes de priorizar projetos de irrigação com as águas do São Francisco, é preciso dar de beber à população. “É isso que o projeto de transposição das águas pretende”, frisou. Valadares respondeu que sua intenção não é matar de sede os nordestinos. “Quero primeiro salvar o rio e depois transpor suas águas.”

Também em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que o rio Tocantins tem vazão abundante, em função dos altos índices pluviométricos em suas nascentes, por isso pode e deve participar do desenvolvimento do Nordeste. Para Lúdio Coelho (PSDB-MS), é imprescindível fazer um projeto global para as bacias dos dois rios.

Maria do Carmo quer revitalização antes da transposição das águas

A transposição do rio São Francisco só deve ser pensada depois de executado um programa que garanta sua revitalização. Essa é a opinião da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), que defende a adoção de critérios técnicos, antes de argumentos políticos, para balizar as decisões sobre o “Rio da Integração Nacional”.

— Se formos pelo critério político, estará tudo acabado. A briga toda deveria estar sendo para revitalizar o São Francisco, não para transpor suas águas. Isso tem sido dito por todos os técnicos, por todo mundo. Depois de revitalizado, de regularizado, então nós vamos dar água para quem precisa — afirma a senadora, ressaltando a má situação atual do rio.

Maria do Carmo condena a controvérsia criada entre os estados do Nordeste banhados pelo São Francisco e os que não o são. Segundo ela, não interessa a Sergipe negar socorro aos demais estados, pois o Nor-

deste “só conseguirá ser forte se todos os estados forem fortes”.

— Esse clima é péssimo. Devemos ter equilíbrio, de forma a não prejudicar os estados que são banhados pelo rio nem os estados que necessitam das águas. Mas o governo começa a colocar um contra o outro. O próprio governo deveria chamar todas as bancadas, explicar o projeto e ouvir os parlamentares — observou, lembrando os graves problemas que a falta de água traz para o povo e a economia de Pernambuco e da Paraíba.

A senadora esclareceu que, caso a transposição não seja feita de maneira criteriosa, a parte mais pobre do Nordeste, Alagoas e Sergipe, sairá prejudicada. Na sua opinião, em uma comparação com os demais estados banhados pelo rio (Minas, Bahia, Pernambuco e Alagoas), Sergipe será mais afetado, pois é um estado pequeno, sem muitas opções de desenvolvimento.



Decisões sobre o rio São Francisco devem ter critérios técnicos, diz Maria do Carmo

Maria do Carmo se diz ainda “profundamente contrária” à privatização da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf). Ela reagiu à iniciativa do governo federal, que mandou fazer um estudo para dividir a empresa em quatro, de forma a facilitar sua venda.

— Em lugar nenhum o uso da água é de domínio particular, e sim de domínio público. Na revitalização, os donos das quatro empresas vão se reunir, vão querer investir no rio? Empresário não vai estar preocupado com isso. Fica inviável. Estamos desconhecendo essa realidade — criticou.

Desperdício de recursos deve ser questionado, diz Amorim

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) elogiou as manifestações do presidente Fernando Henrique Cardoso em favor do Brasil na recente reunião de chefes de Estado de países desenvolvidos, em Florença, mas lamentou que as autoridades brasileiras não tenham questionado o exagerado consumo dos recursos naturais pelos países do Primeiro Mundo.

— Na verdade, hoje 20% da população mundial consomem 80% dos recursos naturais — energia, minérios, proteínas, etc. É evidente que isso não é justo, não é ético, e qualquer



Amorim elogia posição de Fernando Henrique em Florença

modelo que não questione essa distribuição dos recursos naturais nasce viciado, vencido — afirmou.

Para o senador, o que o Brasil precisa é colocar com clareza a necessidade de redução do consumo dos recursos naturais pelos países desenvolvidos e exigir mudanças na ordem internacional para a conservação e preservação desses recursos.

— Não há dúvida de que a posição do presidente em Florença, inclusive o relato que apresentou das realizações e perspectivas de seu governo, demonstra consciência e controle. Aponta caminhos que devem ser seguidos — declarou.

Bezerra esdarece “equivocos” em entrevista de Fernando Henrique

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) esclareceu dois pontos que considerou “equivocos”, de uma entrevista do presidente da República ao jornal *Gazeta Mercantil*. Bezerra fez a manifestação atendendo solicitação do presidente do Sindicato das Indústrias da Construção do Estado de Mato Grosso (Sinduscom-MT), Oscar Soares Martins.

O primeiro ponto foi a afirmação de que a legislação permitirá que o Fundo Constitucional do Norte financie a continuidade da estrada que vai para Rondonópolis, com ramal para Cuiabá. Segundo Bezerra, não se trata de “ramal”, mas sim de tronco ferroviário o trecho da Ferronorte entre Rondonópolis e Cuiabá. “Temia o presidente do Sinduscom, com toda

razão, que um ramal ferroviário não pudesse permitir a implantação de um terminal de cargas na capital. Seria uma falha imperdoável não levar um tronco principal da ferrovia até Cuiabá. Tratou-se apenas de um lapso, compreensível, normal, do presidente da República”, explicou o senador.

O segundo equívoco, de acordo com Carlos Bezerra, tem a ver com o Fundo Constitucional de Financiamento do

Centro-Oeste (FCO). O presidente declarou que, ao reclamarem do fundo, os governadores do Centro-Oeste têm razão, mas que isso seria matéria a resolver com o Congresso. “Quero contestar o presidente da República quando, mais ou menos, lava as mãos, ao declarar que isso é assunto do Congresso. Não é assim. É mais assunto do Poder Executivo”, afirmou Bezerra.

O senador lembrou que desde agosto vigora o Decreto 3.130, que criou o Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste, com atribuição de administrar os recursos, estabelecer prioridades de financiamento, aprovar projetos e regulamentar os empréstimos.

— O Conselho Deliberativo é composto em 40% por representantes do Poder Executivo federal, em 40% por representantes de organizações da sociedade civil da região Centro-Oeste e em 20% por representantes dos governos estaduais e do governo distrital da região. Nenhum representante do Poder Legislativo, quer federal, quer estadual — revelou o senador, salientando que não reclamava da composição do conselho, mas queria deixar claro que o problema é da alçada do Executivo.



Carlos Bezerra fez esclarecimento a pedido de sindicato